



RESOLUÇÃO

As restrições remuneratórias impostas por sucessivos Orçamentos do Estado aos trabalhadores do sector público conduziram à significativa redução dos salários e à perda de poder de compra, confrontados com o aumento generalizado de preços, a subida de impostos e das contribuições impostas pela austeridade a todo o custo.

Durante este período, o Grupo Águas de Portugal nunca deixou de ter resultados positivos, produzindo assim receita para os mesmos Orçamentos do Estado que determinaram o congelamento e a redução remuneratória dos trabalhadores.

Fruto da luta dos trabalhadores, foi possível reverter muitas das medidas de austeridade. Hoje, a economia cresce acima do esperado, o desemprego baixa e o défice de 2017 é historicamente baixo. Sendo tudo isto resultado do contributo, esforço e sacrifício dos trabalhadores, a verdade é que estes continuam com um rendimento real inferior ao de 2010.

A reestruturação do grupo Águas de Portugal (tendo como objetivo a sua privatização), as fusões e os destaques efectuados nos últimos anos, pese embora a sua parcial reversão, conduziram a alterações no âmbito geográfico das empresas, o qual aumentou consideravelmente, impondo deslocações e alterações dos locais de trabalho, de horários e, acima de tudo, levando à situação de trabalhadores com as mesmas funções e antiguidade auferirem remunerações completamente diferentes.

Face a esta situação, os trabalhadores mantiveram sempre uma forte disposição negocial, apresentando propostas e exigindo soluções para os principais problemas, nomeadamente, o aumento dos salários, a definição de verdadeiras carreiras profissionais e a redução progressiva dos horários de trabalho.

Mas a verdade é que, em relação a todos eles, a resposta da Administração foi sempre o adiamento da resolução dos problemas, que se têm agravado. Não é possível aguentar mais. É tempo de dizer basta e de exigir respostas concretas. É tempo de valorizar os trabalhadores.

É neste quadro que os trabalhadores da empresa EPAL/VT, em defesa do serviço público, em defesa dos direitos e da melhoria das suas condições de vida e de trabalho, reunidos em plenário no dia 27, em frente à sede da EPAL, decidem exigir à Administração da EPAL/VT:

- a adopção urgente de medidas que respondam positivamente às reivindicações dos trabalhadores, há muito colocadas, e
- a aplicação integral do instrumento de regulamentação colectiva em vigor na empresa (AE EPAL) a todos os trabalhadores, sendo que,
 - Caso isso não suceda, propor às estruturas sindicais a convocação de uma greve a realizar no mês de Abril.

E decidem, em defesa destas exigências, prosseguir e desenvolver todas as formas de luta que se mostrem necessárias para a concretização das suas justas reivindicações, bem como participar nas acções já convocadas ou que venham a ser convocadas pela CGTP-IN nomeadamente:

- na manifestação nacional da juventude trabalhadora no dia 28 de Março;
- nas comemorações do 1.º de Maio, «Lutar pelos Direitos, Valorizar os Trabalhadores».

Lisboa, 27 de Março de 2018
O Plenário

